

Participação e Redes Sociais: a repercussão da condenação do ex-presidente Lula no Facebook

Aline Cristina Camargo¹

Antonio Francisco Magnoni²

Giovani Vieira Miranda³

Resumo

A fim de contribuir para a compreensão do papel e da complexidade da comunicação no contexto de uso das tecnologias digitais, este artigo propõe o monitoramento de redes sociais, especificamente das postagens referentes à condenação, na época ainda em primeira instância, do ex-presidente Lula nas páginas “Movimento Brasil Livre” e “Jovens de Esquerda” nos dias 12 (dia da decisão pela condenação), 13 e 14 de julho de 2017. Ao todo foram analisadas 105 postagens, que indicaram que o Facebook representa ambiente comunicativo e discursivo com potencial para empoderar o cidadão e construir um debate democrático e plural. No entanto, apesar da maior visibilidade de temas políticos e da maior quantidade de informação disponível, o ambiente digital como espaço de conversação e participação ainda não é alcançado.

Palavras-chave: Internet. Participação. Redes Sociais.

Abstract

In order to contribute to the understanding of the role and complexity of communication in the context of the use of digital technologies, this article proposes the monitoring of social networks, specifically the posts referring to the conviction, at the time still at first instance, of former President Lula in the pages “Movimento Brasil Livre” and “Jovens de Esquerda” on July 12, 13 and 14, 2017. A total of 105 posts were analyzed, and indicate that Facebook represent

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia, Jornalista e Mestre em Comunicação. É professora bolsista na Unesp/Bauru e integrante do grupo de pesquisa GEMS (Games, Educação, Mídia e Sentido). E-mail: alinecamargo20@gmail.com.

² Jornalista, Doutor em Educação, professor do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia e tutor do Grupo PET - RTV (Programa de Educação Tutorial- Rádio e TV). É pós-doutorado pela Universidad Nacional de Quilmes, Argentina. É diretor de comunicação da ULEPICC Brasil e líder do grupo de pesquisa GEMS (Games, Educação, Mídia e Sentido). E-mail: dino@lecotec.org.br.

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia, Jornalista, Mestre em Comunicação e integrante do grupo de pesquisa GEMS (Games, Educação, Mídia e Sentido). E-mail: contato@giovanimiranda.com.

communicative and discursive environment with the potential to empower the citizen and build a democratic and plural debate. However, despite the greater visibility of political issues and the greater amount of information, the digital environment as a space for conversation and participation has not yet been achieved.

Keywords: Internet. Participation. Social networks.

Introdução

Com o desenvolvimento e a popularização da internet iniciaram-se as discussões em torno do potencial social, político e democrático da rede mundial de computadores. A internet oferece variedades crescentes de informações, reduz os custos de participação política e permite que os diferentes participantes possam se envolver no diálogo a partir da troca de e-mails, chats e grupos eletrônicos de discussão.

Observa-se que as comunidades virtuais estão criando plataformas adicionais importantes para facilitar a participação cidadã na esfera pública do ciberespaço, seja de natureza política, profissional ou cultural. Também os autores e especialistas dos diversos campos de pesquisa e do conhecimento contemporâneo alimentam importantes discussões sobre os papéis e os efeitos da internet entre sociedades e indivíduos cada vez mais “digitalizados e conectados” (POLAT, 2005); (SHANE, 2004); (DIJK, 2000).

O acesso às redes amplia as possibilidades de uso frequente de canais midiáticos. Os veículos de comunicação de massa, dos tradicionais aos digitais, são responsáveis pela produção e difusão de grande parte do conteúdo de informações diárias e exercem relevante papel na mediação da comunicação política (MAIA, 2006).

Neste sentido, destacam-se as redes sociais, mais especificamente o Facebook, que conquistou o posto de rede social mais popular do mundo em 2008. São mais de 103 milhões de usuários no país, que é, atualmente, o terceiro mais ativo, atrás apenas dos Estados Unidos e da Índia.

Assim, a fim de contribuir para a compreensão do papel e da complexidade da comunicação no contexto de uso das tecnologias digitais, este artigo propõe o monitoramento de redes sociais, especificamente das postagens referentes à condenação em primeira instância do ex-presidente Lula nas páginas “Movimento Brasil Livre” e “Jovens de Esquerda” nos dias 12 (dia da decisão pela condenação em primeira instância), 13 e 14 de julho de 2017. Tais páginas foram escolhidas para a análise devido

a seu expressivo número de seguidores: Movimento Brasil Livre (2.227.079 usuários) e Jovens de Esquerda (531.200 usuários).

As categorias de análise definidas foram as seguintes: a) principais temas abordados; b) atores políticos citados; c) conteúdo com características de humor/utilização de memes; d) conteúdo com características de discurso de ódio/violência; e) fonte original dos conteúdos compartilhados na página; e f) conteúdo informativo qualificado ou repercussão de temas.

Contextualização

O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva foi condenado a 9 anos e meio de prisão no dia 12 de julho de 2017, período da realização da pesquisa que resultou neste artigo. Já em segunda instância a pena foi ampliada para 12 anos e 1 mês. Lula ficou dois dias no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e apresentou-se à Polícia Federal no sábado (dia 07 de abril de 2018). Lula é o primeiro ex-presidente da República a ser considerado culpado por corrupção na história do Brasil. Indiciado pela operação Lava-Jato, Lula foi acusado pelo Juiz Sérgio Moro por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O Ministério Público Federal (MPF) denunciou o ex-presidente por ter recebido R\$ 3,7 milhões de propina da empreiteira OAS, que atua em áreas como construção civil e mercado imobiliário, em troca de contratos na Petrobrás. Desta quantia, aproximadamente R\$ 2,4 milhões foram direcionados para o tríplice no Condomínio Solaris, na cidade de Guarujá (SP), além do pagamento de R\$ 1,3 milhão à empresa Granero, que deveria cuidar de seus itens pessoais, no período em que ele foi presidente, entre 2002 e 2010.

A condenação, e posterior prisão do ex-presidente, ampliaram também a polarização política existente nas redes sociais, o que foi evidenciado pelas mais de 60 mil mensagens no Twitter com tema central a sentença do juiz federal Sérgio Moro publicadas em apenas 10 minutos. Além do Twitter, a divisão entre direita e esquerda torna-se visível em grupos e postagens no Facebook. É o caso das páginas que serão analisadas neste artigo: “Jovens de Esquerda” e “MBL - Movimento Brasil Livre”.

Potencialidades do uso da Internet

As redes do ciberespaço representam um meio de comunicação com recursos de interação sem precedentes quando comparadas aos meios analógicos e podem fornecer diversos canais para os cidadãos se comunicarem diretamente, trocarem informações, [Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo](#), Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p.98-114. Jan/Jul 2018.

consultarem e discutirem de forma imediata, além de serem serviços com custos e com exigência de conhecimentos tecnológicos relativamente acessíveis para a maioria das pessoas das diversas camadas sociais.

Segundo a pesquisa “Consumo de Notícias do Brasileiro”, realizada em parceria entre a Advice Comunicação Corporativa e a BonusQuest, a internet é a principal fonte de informação para 68% dos brasileiros: soma de portais (28%), jornais on-line (26%) e redes sociais (14%) significa que 68% dos brasileiros têm a internet como sua principal fonte de informação. Os dispositivos móveis destacam-se como principal meio de acesso à internet entre os mais jovens.

Sendo assim, o público brasileiro estaria voltado para um maior número de fontes e para uma maior variedade de formas de acessar conteúdos de notícias. A disseminação do uso da rede tem fornecido novas ferramentas, dispositivos e oportunidades para grupos minoritários e é uma fonte autônoma de notícias para as parcelas da população com acesso à internet domiciliar ou móvel.

No entanto, o potencial empoderador da rede é limitado ao uso social da tecnologia; apesar de o ambiente virtual ser propício para transparência e participação, a maneira como se dá essa participação e os canais para tal precisam ser questionados. Considerando que a participação política é um componente central do regime democrático, compreender suas causas e os contextos em que se dá é crucial para entender a qualidade da democracia.

Dados divulgados pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República em 2016 revelam que 58% dos brasileiros têm acesso à internet, seguindo a tendência mundial de aumento anual da abrangência dos canais e dos recursos de comunicação do ciberespaço (BRASIL, 2016). Rogers e Malhotra (2000, p. 20) afirmam que o número de usuários de internet dobrou a cada ano durante a década de 1990, “uma taxa extremamente rápida de adoção, talvez uma das mais rápidas taxas de difusão para qualquer inovação na história da humanidade”. O número de usuários da internet continua crescendo no país, ainda que em taxas mais modestas. De 2013 para 2014, por exemplo, o número de brasileiros com acesso à rede mundial de computadores aumentou 7% (BRASIL, 2016). Rogers e Malhotra (2000, p. 26) apontam que “o papel empoderador da internet pode ser exemplificado a partir da maneira como as interações online enriquecem as relações interpessoais através do desenvolvimento de relações sociais e pela construção da ideia de comunidade”.

Com base nos conceitos de Polat (2005), Witschge (2004) e Shane (2004) considera-se que a internet representa um espaço plural nunca antes visto: a redução dos custos de participação, a suposta igualdade entre os participantes a partir da redução de pistas sociais, a interação entre representantes e representados, além das comunidades on-line evidenciam o potencial da rede.

No entanto, é preciso considerar o contexto de uso da rede: “A evolução de qualquer tecnologia depende de sua interação crítica com a sociedade, seja em circunstâncias econômicas, sociais, políticas e culturais”. Assim, “o que as TICs podem realizar para qualquer sistema político terá muito a ver com a forma como os membros de comunidades específicas, individual e coletivamente, fazem uso dessas tecnologias”, explica Shane (2004, xii). Neste sentido, os dispositivos de novas tecnologias de comunicação e informação, interativas e multifuncionais, muitas vezes têm sido observados como recursos para fortalecer o processo democrático.

Engajamento e Participação

Segundo Schatteman, Spigner e Poluse (2012, p. 6), a internet tem potencial para revigorar o engajamento cívico, que é definido como “o conjunto de atividades pelas quais as pessoas participam da vida política e ao fazê-lo expressam seu compromisso com a comunidade”. As metas para a participação dos cidadãos, de acordo com os autores (2012, p. 9) incluem: “tornar as democracias mais democráticas através da redefinição de estruturas de poder, aumentando a credibilidade e a legitimidade, realizando gestão de conflitos e construção de consenso, buscando o feedback e consultando os cidadãos a fim de promover a prestação de contas e a transparência”.

Para Vaccari (2013, p. 198), as questões de engajamento envolvem o relacionamento entre informação política e o interesse dos cidadãos nesta informação, além de participação política off-line e consumo de mídia: “Interesse na política prediz a ação de buscar informação política [...] A internet permite que os cidadãos selecionem os tipos de conteúdos a que estão expostos, ou pelo menos, o faz mais que outros meios de comunicação de massa”.

Para Dahlgren (2005, p. 148), uma esfera pública é entendida como uma constelação de espaços comunicativos na sociedade que permitem a circulação de informações, ideias e debates. “Esses espaços, em que os meios de comunicação e

agora, mais recentemente, a figura de mídia interativa ganhou destaque, também servem para facilitar as ligações de comunicação entre os cidadãos e seus representantes”.

De acordo com Marques (2006), a internet é tida por diversos autores como uma espécie de “ingrediente revigorante” da esfera pública argumentativa, primeiro por dar oportunidade de expressão para vozes marginais e segundo, oferecendo a possibilidade de surgirem discursos, superando barreiras como espaço e tempo. Para Marques (2006, p. 167), a internet pode ser entendida como espaço argumentativo digital, o que faria do computador um meio de comunicação diferenciado em termos políticos: “A partir do momento em que favorecem a troca de experiências e de conteúdo, redes telemáticas também atuam, pelo menos potencialmente, como um ambiente propício ao diálogo e entendimento”.

No que diz respeito à internet como fonte de informação, Polat (2005, p. 453) argumenta que a partir da disponibilização de informações poderia haver uma aproximação com a situação ideal de perfeito conhecimento em que os cidadãos sabem tudo sobre as questões políticas. No entanto, isso pressupõe que as pessoas estão interessadas o suficiente para obter essa informação e assume que as pessoas têm o acesso e as capacidades necessárias para processar a informação. O autor aponta a necessidade de uma “investigação teórica e empírica mais abrangente no sentido de compreender a relação entre informação e participação política”.

Para Marques e Sampaio (2011, p. 218) é fato que a quantidade de informação política disponível ao eleitorado tem aumentado a cada eleição, “assim como se percebe um maior pluralismo na variedade de usuários e entidades dispostos a criarem conteúdos ou, simplesmente, a repassarem ideias”, mas não se sabe se a maior disponibilidade de informação tem representado maior engajamento e participação por parte dos jovens cidadãos.

Neste sentido, Saisi (2013, p. 1), indica o papel central dos meios de comunicação na informação e na participação política. Para a autora, “os resultados nas urnas indicam um cenário em transformação, em que a participação popular se coloca como um valor em ascensão e o uso de mídias digitais abre novas possibilidades na arena política”.

Segundo Aldé (2004, p. 41), “o próprio processo de construção de atitudes políticas é comunicacional”. Para a autora, o universo e o contexto da política estão inseridos na perspectiva cotidiana dos cidadãos-eleitores, sendo assim “apreender as rotinas e hábitos dos indivíduos, bem como a versão que oferecem para os eventos [Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo](#), Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p.98-114. Jan/Jul 2018.

públicos e o ideário político, é tarefa central na teorização acerca de suas escolhas e ações” (ALDÉ, 2004, p. 43).

Aldé (2004) salienta que a atitude política e a expressão de opinião são influenciadas por fatores subjetivos (história familiar, trajetória pessoal, predisposição intelectual) e fatores de contexto social (como renda, gênero, idade, grau de escolarização, etnia e religião). Já o ambiente informacional (quadros de referência principais e secundários, como relações interpessoais, mídia, igreja, família e trabalho) e a atitude política sofrem uma correlação, uma vez que se influenciam e são influenciados.

Assim, é preciso considerar as mídias sociais como espaços de mobilização e participação política, bem como as reconfigurações trazidas com a comunicação digital na política, especificamente nas formas de consumo, produção, circulação e recirculação de mensagens. Aldé (2004, p. 137) salienta que os meios de comunicação são quadros de referência que fornecem “enquadramentos e explicações para o mundo em geral e a vida política do país em particular”.

Considerando o esforço de autores na elaboração de uma tipologia das modalidades de participação e até mesmo em relação a seu próprio conceito, observa-se que Milbrath (1965) definia, de início, a participação como o conjunto de atividades relacionadas ao momento eleitoral. A partir de então, diferentes estudiosos apontaram variados conceitos de participação e suas modalidades. Para Levy (1996), o exercício da cidadania tem sido expandido para além de práticas eleitorais. A virtualização tem ampliado a participação cidadã a partir do maior acesso à internet e da criação de iniciativas governamentais e autônomas que incentivam o engajamento do usuário em questões de interesse público. Cervi (2013, p. 11) complementa: “no início do século XXI percebemos como principal mudança nos processos representativos o uso de instrumentos de ‘conexão digital’ na política”.

Com a promulgação da Constituição de 1988 foram institucionalizadas novas formas de participação, que incluem conselhos, orçamentos participativos e planos diretores municipais, afirma Avritzer (2008). Como modalidades de participação espera-se encontrar: a) participação convencional: refere-se ao voto e atividades partidárias; b) participação não convencional: referem-se a petições (online ou off-line), protestos e boicotes; c) participação institucional direta: conselhos, audiências públicas, orçamento participativo (on-line ou off-line); e d) participação informal: refere-se a discussões políticas cotidianas (sejam elas realizadas on-line ou off-line) (ARBACHE, 2015).

Avritzer (2008, p. 44) salienta que, apesar de a participação política ter experimentado um crescimento constante desde a democratização, o Brasil se transformou ao longo do século XX “em um país de baixa propensão associativa e poucas formas de participação da população de baixa renda”, ainda que seja “um dos países com o maior número de práticas participativas”. Neste sentido parece importante questionar até que ponto a tecnologia tem possibilitado novas formas de participação política.

Redes sociais e comunidades virtuais

De acordo com Recuero (2010), redes sociais são constituídas de representações de atores sociais e de suas conexões. As redes caracterizam-se pela existência de laços firmados por interesses comuns, a partir dos quais é possível formar agrupamentos para a troca de informações e ideias, “gerando não apenas uma interação entre os participantes no sentido de compartilhar conhecimentos, mas também o engajamento em questões políticas, sociais e culturais”, afirma Martino (2015, p. 58). Neste sentido, para o autor, “o poder de mobilização exponencial das redes sociais as torna um fator relevante para se pensar elementos da vida fora da internet” (MARTINO, 2015, p. 58).

Os sites de redes sociais, como é o caso do Facebook, são “ambientes onde as pessoas podem reunir-se publicamente através da mediação da tecnologia”, enquanto rede social é uma metáfora utilizada para o estudo do grupo que se apropria de um determinado sistema para relacionar-se, salienta Recuero (2010, p. 3).

Dados divulgados pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (BRASIL, 2016) apontam que 66% dos jovens brasileiros com até 25 anos acessam a internet todos os dias. 67% desses jovens afirmam que o uso é principalmente destinado à diversão e à busca de notícias.

Dentre os 66% de jovens que afirmam acessar a internet diariamente, 81% o fazem a partir do uso de dispositivos móveis. Para Martino (2015, p. 58) a possibilidade de participar das redes online a partir de dispositivos móveis “permite a transposição contínua das barreiras entre ‘mundo físico’ e ‘mundo online’, em um grau de complementaridade entre as interações nas redes sociais digitais e àquelas desenvolvidas off-line”.

De acordo com pesquisa desenvolvida pela F/Radar e divulgada em maio de 2015, 65% da população com mais de 12 anos está na internet, cerca de 107 milhões de brasileiros. Em um comparativo com anos anteriores observa-se que o acesso à internet [Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo](#), Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p.98-114. Jan/Jul 2018.

creceu mais nas classes C e D. O acesso pelo celular é o que mais cresce, de 107 milhões de brasileiros com acesso à internet, 87 milhões utilizam o celular. Entre aqueles que acessam a internet pelo celular, o Facebook é a rede social mais acessada, seguida do Whatsapp, Google + e Instagram.

Ainda de acordo com a pesquisa realizada pela F/Radar, 45 milhões de brasileiros já participaram de movimentos sociais, deste número 31% afirmaram ter participado apenas pela internet, 40% participaram apenas presencialmente e 28% participaram no âmbito online e off-line. Apesar da participação (seja online ou presencial) ser mais comum entre os mais ricos e mais escolarizados, a maioria dos ativistas brasileiros está na classe C, considerando a porcentagem total da população.

A maior parte dos entrevistados que disseram participar presencialmente o fazem via manifestação, passeata, ato ou ocupação. Já entre os que participam online, 75% diz ter participado via redes sociais (curtidas, comentários, compartilhamentos). Entre os entrevistados 4 em cada 10 dizem acreditar que as redes sociais contribuem para que eles participem presencialmente de mobilizações. 7 em cada 10 internautas conheceram movimentos sociais a partir das redes sociais, o que evidencia a capacidade das redes sociais como instrumento de mobilização.

Entre as redes sociais utilizadas no Brasil, destaca-se o Facebook, que conquistou o posto de rede social mais popular do mundo em 2008. Só no Brasil são mais de 103 milhões de usuários. O país é, atualmente, o terceiro mais ativo no Facebook, atrás apenas dos Estados Unidos e da Índia.

Dentre os 103 milhões de usuários brasileiros, 62 milhões dizem acessar a rede social Facebook diariamente, 50 milhões destes o fazem a partir de dispositivos móveis. Estes dados não indicam apenas a presença dos brasileiros na rede, mas também sua utilização como ferramenta de participação: A eleição presidencial de 2014 gerou 674,4 milhões de interações no Facebook, um novo recorde nos registros da rede social. As conversas sobre as eleições brasileiras envolveram 48,3 milhões de pessoas, o equivalente a 54% de todos os usuários ativos do Facebook no país.

As redes sociais desempenham um papel importante não apenas como meio de comunicação, mas também ampliando a esfera pública, através de interação e participação. Para Recuero (2010), um elemento característico das redes sociais na internet é sua capacidade de difundir informações através das conexões existentes entre os atores. Essa capacidade alterou de forma significativa os fluxos de informação dentro [Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo](#), Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p.98-114. Jan/Jul 2018.

da própria rede: “O surgimento e a popularização da internet permitiram uma pluralidade de novas informações circulando nos grupos sociais” (RECUERO, 2010, p. 117).

Uma das primeiras mudanças detectadas pela comunicação mediada pelas tecnologias digitais é o processo de expansão das interações sociais, que de acordo com Recuero (2010, p. 135) “começa com o surgimento dos meios de transporte e de comunicação”.

A partir da desterritorialização dos laços sociais, possibilitada a partir do uso das tecnologias digitais, surgiu o conceito de comunidade virtual: “agregados sociais que surgem da rede quando uma quantidade suficiente de gente leva adiante discussões públicas durante um tempo suficiente, com suficientes sentimentos humanos, para formar redes de relações pessoais no ciberespaço” (RHEINGOLD, 1995, p. 20).

De acordo com Martino (2015), a circulação de bens simbólicos nas comunidades virtuais está pautada na troca e no compartilhamento possibilitados a partir da interação humana. O que o autor chama de “economia da dádiva” (MARTINO, 2015, p. 46) tem reflexo política na medida em que a organização das comunidades em torno de interesses comuns pode ter como consequência a mobilização: “não se trata, de saída, de considerar as comunidades virtuais como um espaço necessariamente apto à ação política, mas de levar em consideração o potencial de mobilização das comunidades” (MARTINO, 2015, p. 47).

Dessa maneira, é preciso considerar as comunidades virtuais como espaços de debate, troca de opiniões e eventualmente tomada de decisão, “o que indica, também, o potencial de ação das comunidades virtuais no mundo real”.

De acordo com Recuero (2014, p. 115), uma das características das redes sociais é a possibilidade de ser ambiente de conversação, que se caracteriza como um evento temporal, com objetivos e entre dois ou mais atores. O conceito inicial referia-se à conversação como fenômeno das interações orais, no entanto, “a apropriação das ferramentas textuais da mediação do computador passou a indicar uma simulação da conversação e uma percepção de uso conversacional”.

Sendo assim, a conversação mediada e possibilitada pelas tecnologias digitais apropria-se dos meios originalmente textuais e não propícios às interações orais. A conversação a partir das tecnologias digitais, e aqui mais especificamente a partir da utilização de redes sociais, pode ocorrer de maneira síncrona (interações que acontecem ao mesmo tempo, com diferentes atores), por exemplo em chats ou fóruns; e também de [Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo](#), Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p.98-114. Jan/Jul 2018.

maneira assíncrona (ou seja, interações espalhadas no tempo, quando os envolvidos não estão conectados ao mesmo tempo), como blogs, e-mails, e o uso do Facebook.

A partir de diferentes ferramentas, como as redes sociais, novos usos e novos sentidos são construídos de modo a permitir a interação entre dois ou mais atores. Além disso, as conversações, no espaço dos sites de rede social adquirem os contornos associados aos públicos em rede.

Análises

No período de análise, 12, 13 e 14 de julho de 2017, foram coletadas 90 publicações da página no Facebook “Movimento Brasil Livre” e 15 postagens da página “Jovens de Esquerda”.

Em relação à tematização observa-se a opção por temas semelhantes, ainda que a incidência dos assuntos variasse em cada uma das páginas analisadas. A opção por temas seguiu o factual, repercutindo assuntos abordados e debatidos pela grande mídia e refletido nas discussões em grupos e páginas nas redes sociais.

Quadro 1: Principais temas e incidência (%)

Tematização	MBL	Jovens de Esquerda
Reforma trabalhista	22%	6,66%
Condenação de Lula	44%	33%
Operação Lava Jato	10%	33%
Outros Temas	24%	27%

Fonte: elaborado pelos autores.

Em relação aos atores sociais citados observa-se que apenas quatro atores estiveram presentes nas postagens das duas páginas: Lula, Temer, Geddel e Aécio. “Jovens de Esquerda” apresentou 12 atores diferentes, enquanto “Movimento Brasil Livre” abordou 26 nomes.

Quadro 2: Principais atores apresentados e número de vezes em que foram citados

MBL		Jovens de Esquerda	
Lula	20	Lula	10
PT	14	Geddel	6
Kim Kataguirí	8	Aécio	5
Temer	4	Moro	2

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 3: Presença de postagens com uso de humor/ironia ou discurso de ódio/violência

	MBL	Jovens de Esquerda
Humor/ironia	33%	53%
Ódio/violência	42%	26%

Fonte: elaborado pelos autores.

Observa-se que 75% das postagens do MBL têm características de humor, ironia, discurso de ódio ou violência. Na página “Jovens de Esquerda” esse número sobe para 79%.

Em relação à fonte original das postagens veiculadas, observa-se que a grande maioria das publicações do MBL (96%) são do próprio grupo, apenas 4% são compartilhadas de outras páginas, neste caso foram 3 postagens compartilhadas dos veículos G1, Veja e Estadão. Já na página “Jovens de Esquerda” o compartilhamento é mais comum e acontece em 86% das postagens, enquanto apenas 14% são publicações originais da página. O compartilhamento acontece principalmente a partir de blogs e outras páginas em redes sociais, como o Brasil 247, Revista Ópera, Sensacionalista e Esquerda Diário.

Em relação à categoria “informação ou repercussão” observa-se que 86% das postagens analisadas da página “MBL” tratam-se de repercussão de assuntos, sendo apenas 14% de caráter informativo. Na página “Jovens de esquerda”, o número de

postagens na categoria “repercussão” é de 80%. Enquanto 20% das postagens foram categorizadas como de caráter informativo.

A predominância de postagens que repercutem temas parte do pressuposto que os usuários conhecem a temática e compartilham da mesma opinião estabelecida pela página em questão. Apesar de o Facebook não ser um meio de comunicação, o expressivo acesso à rede (103 milhões de usuários brasileiros) indica seu potencial no agendamento político-midiático da população com perfil na rede.

Neste contexto, a abordagem de temas poderia ir além de dar visibilidade a determinados assuntos ou atores, podendo informar sobre tais questões. Acredita-se que a partir da informação, a conversação na rede seria ampliada e o exercício da participação, facilitado.

Observa-se, a partir das análises aqui propostas, que as postagens abordadas neste artigo dão visibilidade aos mesmos temas presentes na mídia corporativa, dessa maneira não atinge seu potencial de democratizar o acesso à informação, apenas replica e repercute temas pautados e verificados pela grande mídia. A informação também é prejudicada pela opção das páginas em trazer atores sociais em sua maioria políticos, portanto fontes oficiais, deixando de lado representantes de movimentos sociais e da sociedade, por exemplo.

A conversação, um dos recursos prometidos pelas redes sociais em ambiente digital, é prejudicada pela utilização de memes e recursos que indicam discurso de ódio e/ou violência, que acabam por polarizar a discussão. A participação dos usuários fica restrita às reações, comentários e compartilhamentos, que são mais frequentes no caso de postagens com imagens ou vídeos, em detrimento de textos. Neste sentido, o papel ativo do consumidor/produtor é evidenciado, assim como a cultura do compartilhamento e o conceito de propagabilidade (JENKINS; FORD; GREEN, 2015).

Algumas considerações

Apesar da visão otimista de autores abordados no texto em relação ao potencial da internet, e mais especificamente das redes sociais, no que diz respeito à criação de capital social, estabelecimento de espaços de visibilidade, informação, conversação e participação, a análise proposta neste artigo pretendeu questionar, entre outras, as questões que se referem à desigualdade de acesso à rede; a qualidade da informação disponível e às ferramentas de participação.

A partir das análises propostas neste artigo, observa-se que as redes digitais, especificamente o Facebook, representam ambientes comunicativos e discursivos com potencial para empoderar o cidadão e construir um debate democrático e plural. No entanto, apesar da maior visibilidade de temas políticos e da maior quantidade de informação, o ambiente digital como espaço de conversação e participação ainda não é alcançado. Ao contrário, o que se vê é um “terreno fértil para conflitos que se configuram, às vezes, em uma violência simbólica de um discurso dominante sobre outros mais frágeis ou menos aceitos” (DE OLIVEIRA; DA COSTA; SIGILIANO, 2016, p. 107).

Apesar de o conflito ser característico do processo deliberativo e da própria democracia, espera-se que o ambiente de conversação política seja espaço de “troca bem-intencionada de visões — incluindo os relatos dos participantes sobre sua própria compreensão de seus respectivos interesses vitais” (HABERMAS, 2004, p. 283).

Sendo assim, os resultados obtidos a partir das análises e à luz do referencial teórico reafirmam as ideias compartilhadas por De Oliveira, Da Costa e Sigiliano (2016, p. 119) de que, cada vez mais, as redes digitais têm se mostrado arena política “onde fervilham argumentos que vão desde uma busca de uma discussão madura, buscando consensos e entendimentos; a uma violência simbólica em que o pensamento alheio é totalmente ignorado ou mesmo da luta por hegemonia e posições na estrutura social”. De acordo com Rheingold (1997), as redes sociais seriam a transposição do real, a construção e reconstrução de identidades.

Nesse sentido, o ambiente possibilitado a partir das interações nas redes do ciberespaço é preciso considerar o potencial de mobilização nas comunidades, e a possibilidade de formação de espaços de debate, troca de opiniões e eventualmente de tomada de decisões não pode ser negligenciada (MARTINO, 2015). As informações descentralizadas e pulverizadas em uma dinâmica horizontal evidenciam o poder político das redes a partir da superação de barreiras institucionais e governamentais não apenas no que diz respeito à recepção, produção e compartilhamento de conteúdos, mas principalmente em seu potencial de alcançar a participação política informada.

É preciso considerar, por fim, que apesar de sua estrutura horizontal e descentralizada, as redes representam “espaços adequados à construção de relações de poder pautadas no prestígio, na reputação e na quantidade/qualidade dos contatos de seus participantes” (MARTINO, 2015, p. 72).

Assim, as redes sociais, aqui exemplificadas pelo Facebook, possibilitam novas formas de interação e engajamento em assuntos do momento a partir da troca de ideias e informações de forma ativa, permitindo aos usuários a criação de laços de discussão e participação que permeiam a definição de sua identidade. Ainda nesse sentido, muitos assuntos que até então estariam limitados ao espaço privado ganham publicização e pontos de debate em âmbito público. A internet faz com as novas tecnologias digitais tenha um potencial de incentivar, reconhecer e impulsionar o debate de assuntos diversos.

Referências

ALDÉ, A. **A construção da política**: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa. FGV Editora, 2004.

ARBACHE, G. **Participação convencional e não convencional na democracia brasileira**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2015.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião pública**, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008.

BRASIL. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2016**: Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>. Acesso em: 27 set. 2017.

DAHLGREN, P. The Internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation. **Political Communication**, 22:147–162, 2005.

DE OLIVEIRA, L.A.; DA COSTA, A. A; SIGILIANO, D. M. V. Facebook: uma mesa de debates ou uma arena política digital?. **Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación**, n. 14, p. 104-137, 2016.

DIJK, J. V.; Widening information gaps and policies of prevention. In HACKER, K. L.; DIJK, J. V. **Digital Democracy**: issues of theory and Practice. London: Sage Publications, 2000.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola. 2004.

JENKINS, H; FORD, S; GREEN, J. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. Aleph, 2015.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

MAIA, R. Mídia e vida pública: modo de abordagem. In: Maia, R.; CASTRO, M. C. P. S. **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte. Editora UFMG: 2006.

MARQUES, F. P. J. A.; Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 164-187.

MARQUES, F. P. J.A.; SAMPAIO, R.C. Internet e eleições 2010 no Brasil: rupturas e continuidades nos padrões mediáticos das campanhas políticas online. **Galáxia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. n. 22, 2011.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes, redes. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MILBRATH, L. **Political participation**. Chicago: Rand McNally, 1965.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Sulina, 2010.

RHEINGOLD, H. A. **A comunidade virtual**. Lisboa: Gradiva, 1997.

ROGERS, E. M.; MALHOTRA, S. Computers as communication: the rise of digital democracy, In HACKER, K. L.; DIJK, J. V. **Digital democracy**: issues of theory and Practice. London: Sage Publications, 2000.

SAISI, K. Mídia e construção de mitos políticos na campanha presidencial brasileira. Grupo de Trabalho de Comunicação e Democracia no **V Congresso da Compolítica**, 2013. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT-01-Comunicacao-e-Democracia-KatiaSaisi.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2017.

SCHATTEMAN, A., SPIGNER, D. M., POLUSE, G. Citizen participation through municipal websites: A global scorecard. In: HOLZER, M.; MANOHARAN, A. **Active citizen participation in eGovernment**: a global perspective. Hershey: Information Science Reference, 2012.

SHANE, P. M. **Democracy online**: the prospects for political renewal through the Internet. New York: Routledge, 2004.

VACCARI, C. **Digital politics in western democracies**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2013.

WITSCHGE, T. Online deliberation: possibilities of the Internet for deliberative democracy. In SHANE, P. M. **Democracy online**: the prospects for political renewal through the Internet. New York: Routledge, 2004.

Recebido em: 10/10/2017
Publicado em: 13/06/2018